

# Erro. Sobra eletricidade

Domingo, 28 de fevereiro de 1982: O Estado de S. Paulo, numa ampla reportagem, denuncia que um erro "inacreditável" da Secretaria do Planejamento de São Paulo agravou de tal forma o problema do excedente de energia elétrica que, com a entrada em operação de Itaipu, em 83, as concessionárias paulistas poderão apresentar prejuízos estimados em Cr\$ 31 bilhões no ano, tendo de desligar 12,9% de suas turbinas. Dessa maneira, a Cesp — obrigada por contrato a absorver 52% da energia gerada pela maior hidrelétrica do mundo —, nesse processo, estará falida até 84. Nos três dias seguintes à denúncia, o governo paulista dava informações desencontradas sobre o assunto, com alguns técnicos chegando a sugerir o *dumping* para resolver o problema no setor (vender energia elétrica a preços inferiores ao custo de produção), até que Brasília resolveu intervir diretamente na questão.

Em primeiro lugar, o general Costa Cavalcanti, presidente da Eletrobrás, confirmou atrasos nos cronogramas para entrada em operação de 10 usinas hidrelétricas. Entre estas, três de São Paulo: Porto Primavera, Taquarugu e Rosana. Anunciou também atrasos nas

operações de Angra II e III — adiadas de 1986 para 1988 e de 1987 para 1989, respectivamente.

No mesmo dia, o Ministério das Minas e Energia divulgava o "Plano 2000" — previsão das necessidades de geração de energia até o final do século —, e, paralelamente, os jornais noticiavam a saída do economista Rubens Vaz da Costa, da Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo. Uma fonte ligada ao governador Paulo Maluf afirmava que a demissão do secretário estava relacionada com o erro no cronograma da Cesp, comentando que a "ordem veio de cima para baixo", dando a entender que a decisão partiu de Brasília.

Conforme admitiram posteriormente técnicos da Cesp, os planejadores do setor de energia elétrica previam um crescimento médio anual da demanda da ordem de 10%, nesta década e, no ano passado, houve queda de 3%. Diante desse quadro, os estudos da Secretaria revelaram que, até 1988, haverá excedente da ordem de 5 milhões de quilowatts, ou seja, um prejuízo de Cr\$ 145 bilhões — uma cifra astronômica, bastando lembrar que a Cesp faturou Cr\$ 110 bilhões, em 81.

Dessa maneira, dentro de seis anos a Cesp será obrigada a paralisar 47,5% de suas máquinas. Segundo técnicos ligados aos organismos oficiais do Estado, considerando-se que as usinas construídas e ociosas representarão excedente de três milhões de quilowatts médios por um período de dez anos, os investimentos improdutivos somarão US\$ 4 bilhões. Acrecenta-se a esta cifra juros de 20% ao ano, os prejuízos serão de US\$ 800 milhões por ano. Sendo assim, foram gastos US\$ 8 bilhões em usinas hidrelétricas à espera de mercado, já que o excedente de três milhões de quilowatts médios foi calculado para uma década.

E tem mais: com um crescimento da demanda de 6%, haverá — a partir da entrada de Itaipu — excedente de 1,1 milhão de quilowatts no Estado de São Paulo e ociosidade de 12,9% nas usinas paulistas. Para a Cesp, a perda de receita somará Cr\$ 31 bilhões.

Por estes fatores, a Secretaria do Planejamento, os diretores da CPFL, da Cesp e da Eletropaulo não sabem responder como a empresa conseguirá sobreviver se, além da perda de receita, a Cesp terá de comprar a energia de Itaipu a custos bem maiores que os de sua própria geração.